



issn: 2176-5960

**Προμηθεύς**  
**journal of philosophy**



January – April 2024 N. 44

**A FILOSOFIA NO BRASIL E A CRÍTICA DO JOVEM NIETZSCHE**

**PHILOSOPHY IN BRAZIL AND THE CRITICISM OF YOUNG  
NIETZSCHE**

*Samantha Lopes Inacio da Silva*  
Doutoranda em Filosofia (UFABC)  
E-mail: samlopes92@hotmail.com

**RESUMO:** A proposta do presente texto é discutir a forma como nós filósofos lidamos com a atuação da filosofia no Brasil desde que esta foi empregada em nossa universidade. Para esse escopo, buscamos nos servir da obra do jovem Nietzsche de 1874, *Da utilidade e desvantagem da história para a vida*, onde o filósofo nos aponta a sua crítica quanto ao modo do homem erudito lidar com sua herança intelectual, em suma, com seu passado, e assim refletir como podemos empregar nosso legado intelectual a serviço da vida, e não da reprodução de cópias. Para o fundamento dessa proposta, nos serviremos das discussões apresentadas pelos autores brasileiros Roberto Schwarz, Oswaldo Porchat e Paulo Arantes, que acabam por elucidar nossa conduta diante da erudição em filosofia, advinda do Velho mundo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Filosofia no Brasil. Ensino. História. Passado. Vida.

**ABSTRACT:** The proposal of this text is to discuss the way how we philosophers deal with the role of philosophy in Brazil since it was used at our university. For this scope, we seek to use the work of the young Nietzsche from 1874, *On the usefulness and disadvantage of history for life*, where the philosopher points out his criticism regarding the way the erudite man deals with his intellectual heritage, in short, with his past, and thus reflect on how we can employ our intellectual legacy in the service of life, and not in the reproduction of copies. To support this proposal, we will use the discussions presented by Brazilian authors Roberto Schwarz, Oswaldo Porchat and Paulo Arantes, who end up elucidating our conduct in the face of erudition in philosophy, coming from the Old World.

**KEYWORDS:** Philosophy in Brazil. Teaching. History. Past. Life.

## 1. Introdução

Pensar em como fazer filosofia nos dias atuais, mais precisamente, em como proceder atuando na pós-graduação em filosofia no Brasil, exige de nós um momento de reflexão, uma vez que, como aspirantes a filósofos, não conseguimos obter uma resposta objetiva e imediata diante dessa problemática. Ao adentrar em um curso de filosofia e nos dedicarmos a ela academicamente, nos é requisitado compreender o que é filosofia, trabalharmos com ela, descobrir como aplicá-la não somente em novas teses, mas em nossa realidade – e precisamente este é um dos grandes desafios em nossa contemporaneidade. Contudo, anterior a isso, permanece a questão se é possível edificarmos uma filosofia oriunda do Brasil: uma filosofia que daqui surja e se desenvolva, que dialogue com nossa realidade brasileira e a ela ofereça fundamentos para reflexão.

É desafiador pensarmos em exercer uma filosofia que seja autêntica do Brasil uma vez que, desde nossos primórdios como colônia, nos fundamentamos e nos construímos intelectualmente a partir de ideias advindas dos países europeus desenvolvidos. Ora, por um lado, não podemos negar nosso passado: é indubitável nossa apropriação das ideias estrangeiras há séculos consolidadas. Isto posto, tornou-se uma ordem do dia refletirmos como fazer filosofia no Brasil, uma vez herdeiros intelectual e academicamente do Velho Mundo. Evitar ou mesmo romper com tudo o que absorvemos através do pensamento intelectual europeu, principalmente alemão e francês, nos encaminhará a uma autenticidade ou acabaremos sepultando a formação de nosso pensamento filosófico?

Diante disso, iremos nos servir, primeiramente de alguns textos de Roberto Schwarz, Paulo Eduardo Arantes e Oswaldo Porchat, que contribuem (i) a reflexão sobre atuação da filosofia no Brasil hoje, especificamente, no meio acadêmico de pós-graduação. Em seguida, tentaremos (ii) relacionar a discussão sobre atuação da filosofia no Brasil com a postura que academicamente estamos mantendo diante de nossa história intelectual, e para isso nos serviremos da análise que o jovem Friedrich Nietzsche fornece através de sua obra *Da utilidade e desvantagem da história para a vida*, de 1874. Vale ressaltar que o propósito final não é argumentar se uma filosofia genuína do Brasil é possível, mas refletir, através de todo o arsenal histórico que

carregamos até aqui, sobre o modo como lidamos com o estudo e pesquisa em filosofia hoje.

Quando Nietzsche escreve a sua *Segunda consideração extemporânea*, procura realizar um estudo sobre como o homem moderno lida com a história, isto é, com o seu passado e sua memória. Intenta, por conseguinte, indagar até que ponto o uso que fazemos da história – que fundamenta toda a nossa cultura – auxilia ou prejudica a vida. Assim, objetiva colocar em evidência a dificuldade que nós, homens modernos, eruditos e científicos, temos em “definir uma postura correta diante da história” (VATTIMO, 2010, p. 13), visto que paira em nós uma crença, uma “superstição” de que nossa educação deva ser “pesadamente histórica” (NIETZSCHE, 2017, p. 107). Em suma, nossa cultura repousa, busca seu consolo no passado, já que não podemos nos desvencilhar dele. É assim que Nietzsche define o homem como um ser histórico.

Para respaldar a crítica ao comportamento problemático da modernidade diante da história, Nietzsche fornece um diagnóstico preciso: a doença histórica. Estamos tão embotados e tomados pelo excesso de estudo sobre o passado, que acabamos perdendo nossa capacidade criativa. Adquirimos, com o desenvolvimento intelectual das eras, um tamanho “conhecimento histórico”, bem como acumulamos “quantidades de noções e de documentos disponíveis sobre as épocas passadas” (VATTIMO, 2010, p. 14) que, como consequência, “destruímos e perdemos o nosso instinto” de criação, de possibilidade de produzir o novo. Nos “mascaramos como homens cultos, eruditos e escritores”, mas que não são mais capazes de “produz efeitos exteriores” (NIETZSCHE, 2017, p. 77), isto é, de aplicar todo esse aprendizado em prol da vida. É assim que nossa época “tornou-se uma época do desmoronamento” (MÜLLER-LAUTER, 2009, p. 76). A história, para Nietzsche deve estar a serviço da vida, e não o contrário. Nos preocupamos em analisar o passado como um objeto de estudo, “fechado em si”, pois a “objetivação isola” e “não admite nenhuma ampliação prática” (MÜLLER-LAUTER, 2009, pp. 82-83), e com isso a história deixa de “pertencer ao homem de ação e forte”, porque o seu excesso o prejudica, o atrofia e o adoce (NIETZSCHE, 2017, p. 47).

De acordo com Nietzsche, de fato a cultura precisa do conhecimento do passado, porém até uma certa medida, “não como um bando de pensadores puros que só observam a vida, não como indivíduos ávidos de conhecimento”, ou seja, tão absortos em seu próprio conhecimento teórico que só conseguem se satisfazer com aquele “saber que tem como objetivo o aumento de mais conhecimento” (NIETZSCHE, 2017, p. 65).

Esse tipo de relação com a história não nos fortalece para o presente, muito menos nos prepara para o futuro de nossa cultura, apenas nos enfraquece. Em suma, o homem moderno, melhor, nós modernos, carregamos hoje dentro de nós uma “quantidade descomunal de indigestas pedras de conhecimento” (Ibid., p. 67). Então, como não afundar?

Até aqui, discorreremos de maneira breve a tese que o jovem Nietzsche tece em sua obra de 1874. Passemos, então, para nosso problema em questão discutido primeiramente pelos autores brasileiros Roberto Schwarz, Oswaldo Porchat e Paulo Arantes para, em seguida, nos servirmos da *Segunda consideração* e assim, refletir que um problema atual presente em nossa realidade, a saber, como proceder com a filosofia no Brasil, pode ser debatido através de um filósofo pertencente à nossa herança europeia do século XIX.

## 2. Repensando a filosofia no Brasil

Dirá Roberto Schwarz em *Nacional por subtração*, texto de 1986, que o grande problema no tocante à formação da cultura brasileira reside na imitação que fazemos da cultura exterior e como isso recai numa enorme contradição entre a realidade que aqui enfrentamos e o “prestígio ideológico dos países que servem de modelo” (2014b, p. 71).

O gosto pela novidade doutrinária prevaleceu há muito sobre o trabalho de conhecimento, e isso, principalmente no campo acadêmico, evidenciava o caráter imitativo de nossa vida cultural. Sentíamos a necessidade do novo, das ideias e teses novas, novos livros que lá fora eram debatidos, mas – e aí reside o “X” da questão – não sabíamos porquê necessitávamos disso; não sabíamos o que fazer e como aplicar essas novas doutrinas aqui, num país periférico e recém liberto da escravidão. Como dirá também Schwarz em *As ideias fora do lugar*, texto de 1977, “direto o Brasil pôs e repôs ideias europeias, sempre em sentido impróprio” (2014a, p. 53).

Por um lado, buscávamos eufóricos as mais recentes ideias dos países avançados, como se todo nosso crescimento cultural e intelectual dependesse do mais fiel espelhamento que fazíamos do Velho Mundo. Porém, justamente esta euforia perante tais novas e frescas doutrinas filosóficas nos induziu à “consequente descontinuidade da reflexão” (SCHWARZ, 2014b, p. 71), evidenciando a falta de

interesse pelo processo de estudo das ideias anteriores, e assim ficara impossível criar uma linha metodológica.

Junta-se a isso a total falta de crédito à formação e à constituição do próprio pensamento brasileiro, uma vez que as ideias concernentes à nossa realidade não obtinham a mesma consideração que as ideias europeias. Roberto Schwarz (2014b, p. 72) será incisivo ao afirmar que “percepções e teses notáveis a respeito da cultura histórica do país são decapitadas periodicamente, e problemas a muito custo identificados e assumidos ficam sem o desdobramento que lhes poderia ocorrer”. Aqui o diagnóstico da doença histórica começa a se fazer presente na nossa sociedade. Com o excesso de história, ou melhor, o “extremo dessa consciência histórica”, a vontade de criar algo novo dentro homem acabou sendo minada, culminando em uma “paralisia que nasce da perda absoluta da confiança em si mesmo e na própria obra” (VATTIMO, 2010, p. 14).

Para mudar esse cenário, foi necessária a retomada crítica do trabalho de nossos predecessores, e o destaque para esse feito foi dado a Machado de Assis, Mario de Andrade e Antônio Cândido, pois não só souberam observar as enormes lacunas dentro da construção e formação de nosso pensamento, como trouxeram à luz as contradições contemporâneas que à elas se ligavam. Enquanto Machado de Assis e Mario de Andrade se voltaram para nosso passado literário, e, conseqüentemente, a apropriação que nele residia, Antônio Cândido possibilitou a crítica à formação do sistema literário a partir da vinculação entre certos autores em nossa literatura<sup>1</sup>. Em outros termos: não há como pensar criticamente nossa cultura e a nossa formação se não voltarmos os olhos para nossa realidade, e esta envolve todo um processo histórico que há muito fora ignorado.

Seria melhor tomarmos, portanto, a atitude oposta, isto é, deixar de lado a reprodução e cópia do que a Europa lançava? É através de uma ruptura – e podemos dizer aqui radical – que conseguiríamos “alcançar uma vida intelectual mais subjetiva” (SCHWARZ, 2014b, p. 73)? É bem verdade que Roberto Schwarz critica essa resolução como uma medida ilusória, contudo, aponta que ela serviu de base para a busca de “um fundo nacional genuíno”.

---

<sup>1</sup> Não é o objetivo, visando atender a proposta do presente artigo, discorrer de maneira mais particular a atuação desses autores-chaves em nossa cultura. Os textos citados de Roberto Schwarz realizam esta análise de forma brilhante.

Desde o século passado, existe entre as pessoas educadas no Brasil, no sentido de uma categoria social, o sentimento de viverem entre instituições e ideias que são copiadas do estrangeiro, e que por isso acabam não refletindo a realidade local. Contudo, renunciar o empréstimo não é o suficiente para se alcançar um modo de vida e de pensar mais autêntico. Mais ainda, dirá Schwarz (2014b, p. 79) que “inclusive, tal renúncia é impensável” e que, da mesma forma, romper abruptamente com a “noção de cópia” que temos aqui não nos direcionará a um pensamento filosófico independente e genuíno. Afinal, como nos mostrará Nietzsche, nós precisamos de “modelos, mestres e consoladores” (2017, p. 47).

Além do mais, no que toca a cópia de teses e trabalhos europeus no campo da literatura, filosofia e política, apenas uma pequena parcela da sociedade brasileira a isso se dedicava – e aqui estamos falando da elite –, o que acabou criando uma grande lacuna entre ela e a massa, que “permanece inculta, analfabeta” (SCHWARZ, 2014b, p. 81). Isso dificultava a ideia de uma formação da cultura nacional que fosse harmônica, organizada e autocentrada.

Assim, uma das consequências da cópia da cultura europeia seria essa grande disparidade que divide as classes sociais, porque a cópia e a reprodução do que vinha da literatura, ciência, filosofia e política do Velho Mundo não coincidia em absoluto com a vida que levava o povo brasileiro. Destarte, o cerne do problema não está no fato de que a elite se dedicava à cópia, mas na evidência de que apenas *uma* das classes era capaz e qualificada para tal empresa. Ora, e se todos copiassem, os efeitos e impressões que derivavam da Europa desapareceriam, visto que agora não haveria mais separação entre elite e povo?

De acordo com Roberto Schwarz, carregamos esse “vício imitativo” (2014b, p. 82) das ideias estrangeiras há tempos, desde o período colonial. Perante os países desenvolvidos da Europa, nossa cultura era atrasada e tal atraso juntamente com nossa má-formação não são nada mais do que efeitos do processo capitalista que circundava o mundo. No que coube ao Brasil, seus efeitos exigiram a “reiteração do trabalho forçado ou semiforçado e a decorrente segregação cultural dos pobres, e muito disso chegou aos nossos dias (Ibid., p. 86).

Portanto, o que o autor aponta é a necessidade de contextualizar historicamente um dos pilares de nossa formação do pensamento intelectual, pois as ideias avançadas e das quais a elite se apropriava não impediam a mentalidade escravista e de exploração

econômica da população que acontecia na práxis, evidenciando assim um descompasso entre as ideias e a ação. Tampouco romper com a imitação nos propiciaria a adequada reflexão sobre como repensar os possíveis caminhos para nossa própria formação cultural.

Acontece que quando se trata de contextualizar a formação intelectual no Brasil, as seguintes oposições aparecem como pilares do problema: o nacional *versus* o estrangeiro, a imitação *versus* o original. Afinal, se dizemos “cópia”, é porque “pensamos em algum original que está em outra parte, e do qual a primeira é o reflexo inferior” (SCHWARZ, 2014b, p. 88). Porém, e este é o grande impasse: exigir uma criação através do nada, é insustentável.

Não muito distante dessa linha que analisa a relação dependente de cunho intelectual entre nós e a Europa, estará Paulo Eduardo Arantes em *Certidão de nascimento*, texto de 1988. Ao discorrer sobre os primórdios da formação da Faculdade de Filosofia em São Paulo a partir da década de 30, não deixa de enfatizar o quanto “nossa curiosidade filosófica sempre viveu à mercê das marés ideológicas da metrópole” (1994, p. 68).

Os estudantes de filosofia eram ávidos por todas ideias e doutrinas que fossem novidade na França. Obviamente, não com o propósito de elaborar um estudo minucioso e crítico do que lá era aprendido, mas sim porque ter em mãos os pensamentos que eram debatidos no exterior significava um “instrumento de prestígio dos quais era preciso assegurar o primor” (Ibid., p. 69). Na ânsia de buscar o conteúdo filosófico, mas sem os devidos filtros e parâmetros, acabamos por não saber como trabalhá-lo, assimilá-lo, reintegrá-lo em nossa realidade. Com relação a esse problema da imitação dentro do âmbito intelectual, dirá Nietzsche em sua *Segunda extemporânea*:

As personalidades são assim apagadas, de forma apontada, até se tornarem a eterna falta de subjetividade ou, como se diz, de objetividade: não mais adianta provoca-las; se algo bom e justo acontece, como ação, obra literária ou música, logo o homem soterrado pela cultura desvia os olhos da obra e pergunta pela história do autor. [...] Logo ele é comparado a outros autores, a escolha de seus temas e seu tratamento devem ser dissecados, desmembrados, sabiamente reunidos de uma nova maneira e censurados e repreendidos em sua totalidade (NIETZSCHE, 2017, p. 82).

Simplesmente a manutenção, podendo dizer assim, da história para que “permaneça conservada bela e objetivamente” faz com que o homem “perca a coerência com a sua esfera histórica” (NIETZSCHE, 2017, p. 81). Nos tornamos passivos diante de nossa herança intelectual, porque tomamos a história de maneira neutra e assim não conseguimos obter com ela um efeito em seu “sentido próprio”, isto é, a serviço de nossa educação, sociedade, cultura, em suma, da vida. Como proceder, portanto, com a filosofia se “no interior de uma cultura histórica” aquela “não produz efeitos” (NIETZSCHE, 2017, p. 79)? Faltava, aos estudantes de filosofia, a “arte do ruminar”<sup>2</sup>, isto é, pôr os temas e conteúdos que lhes eram ensinados no cerne da crítica, de modo que sua reflexão fosse desenvolvida adequadamente. Diante disso, Paulo Arantes, assim como Antônio Candido<sup>3</sup>, irão discorrer sobre como o novo ensino metodológico ministrado pelo professor Jean Maugué possibilitou uma mudança na forma sobre como os estudantes brasileiros iriam lidar com a filosofia que vinha de fora.

Servindo-se da famosa sentença kantiana, o professor Maugué nos trouxe um dos princípios básicos sobre como lidar com a filosofia: “filosofia não se ensina, quanto muito ensina-se filosofar” (ARANTES, 1994, p. 71). Tal fórmula derivada da máxima filosófica alemã apontou um norte para “disciplinar as veleidades filosóficas” (Ibid., idem) que ocorriam no âmbito universitário brasileiro. Ao afirmar que não se ensina filosofia mas que somente é possível ensinar a filosofar, significa explicar para o estudante de filosofia que tal disciplina não possui objeto próprio, isto é, ela “não pode se apresentar como conjunto de conhecimentos objetivamente transmissíveis” (Ibid., idem). Portanto, aos estudantes universitários cabia agora a tarefa de reaprender e reavaliar sua postura diante das doutrinas filosóficas que lhes eram passadas, uma vez que foram habituados a exigir de seus mestres que as expusessem como se fossem sistemas de verdades consolidadas; como se tivessem que “apresentar uma única e verdadeira solução dos problemas concernentes ao Ser e ao conhecimento” (PORCHAT, 2006, p. 29).

<sup>2</sup> De acordo com o Nietzsche da maturidade, “É certo que, a praticar a leitura desse modo como arte, faz-se preciso algo que precisamente em nossos dias está bem esquecido – e que exigirá tempo [...] –, para o qual é imprescindível ser quase uma vaca, e *não* um “homem moderno”: *o ruminar...* (NIETZSCHE, 2009, p. 14, grifo do autor).

<sup>3</sup> Vale ressaltar que não cabe aqui discorrermos a fundo sobre as aulas exemplares de Maugué ou contextualizar a época em que a Filosofia na USP estava se consolidando, porém é importante ressaltarmos a influência de sua metodologia que até hoje nos acompanha, afinal, foi um marco divisor para reavaliarmos nossa conduta intelectual diante das obras filosóficas que chegavam (Cf. Arantes, 1994 e CANDIDO, 2007).

Metodologicamente falando, a nova postura implicava na instauração de cursos monográficos – o que nos serve de modelo até os dias de hoje. Contudo, Maugüé apresentou uma didática excepcional que consistia em ensinar filosofia através das reflexões que extraía dos fatos cotidianos da época, como por exemplo cinema, manchete de jornal, teatro, etc. Portanto, era do dia a dia, dos comuns elementos que abarcavam a realidade de seus alunos que o mestre Maugüé ensinava como lidar com a filosofia em sua realidade<sup>4</sup>.

Por meio de tal medida, a nós foi possibilitado refletirmos sobre alguns pontos, dentre eles que fazer filosofia é “bem diferente do que usá-la com o intuito”, como explanará Oswaldo Porchat, “de obter informações filosóficas” (2006, p. 29), isto é, ter em mãos uma gama de autores e doutrinas, balbuciando-os e comparando uns aos outros tendo em vista apenas a erudição – ao invés de usá-los para a construção de uma reflexão mais sólida, que servisse para além das paredes universitárias.

Mais ainda, a implantação de cursos monográficos significava estabelecer que o ensino de filosofia deve ser, de modo imprescindível, histórico: é inconcebível aprender filosofia “sem que os outros autores sejam lidos” (ARANTES, 1994, p. 82). É preciso retornar aos textos clássicos, consulta-los, ruminá-los. Dessa forma, não há como avançarmos no estudo de filosofia se não tivermos como base o pensamento intelectual que herdamos da Europa. Simplesmente romper com a filosofia estrangeira significará romper com nossa própria história, romper com nosso próprio aprendizado. Diante disso, se nos fundamentarmos na *Segunda Extemporânea* afim de chegarmos ao escopo dessa questão, encontraremos em Nietzsche:

[...] a origem da cultura histórica *deve* ser ela mesma outra vez conhecida historicamente, a história *deve* resolver o próprio problema da história, o saber *deve* voltar seu ferrão contra si mesmo – esse triplo “*deve*” é o imperativo do espírito da “época moderna”, caso nele haja realmente algo de novo, poderoso, afirmativo da vida e original (NIETZSCHE, 2017, p. 111, grifo do autor).

---

<sup>4</sup> Dirá Paulo Arantes (1994, p. 75): “As virtudes intelectuais de Maugüé mais sua didática possibilitaram uma transformação capital nos hábitos intelectuais da época; estavam [os alunos] aprendendo estudar, do que era presenciar uma aula de verdade: não havia mais a repetição mecânica de uma texto, cuja as fontes não eram compartilhadas com a turma; mas sim, a exposição precisa do tema, apoiado numa bibliográfica moderna e que era compartilhada com aluno; também o professor consultava suas anotações e com isso aumentava a confiança dos alunos na seriedade do ensino”.

Aprendemos a nos servir dos clássicos, do passado, para assimilar o que significa construir um estudo metodológico no qual o objetivo não consista mais na comparação entre os pensadores e suas doutrinas, tampouco na reprodução de suas ideias, incorporadas acriticamente – podendo aqui citar novamente Roberto Schwarz (2014b, p. 72), “da continuidade pela continuidade”. Porém, como nosso próprio passado mostra, o excesso de história pode atrofiar aquele que aspira compreender e estudar filosofia. Mais ainda, pode atrofiar quem com ela queira criar, queira usá-la para pensar o novo.

Isto posto, nos voltaremos para o jovem Nietzsche para analisar sua crítica à conduta do homem erudito diante de seu arcabouço histórico. Por conseguinte, um dos principais escopos desse texto é apresentar ao caro leitor que a crítica nietzschiana pode e deve ser entendida até nossos dias. Afinal, as equivocadas atitudes do homem moderno do século XIX diante da história apontadas pelo filósofo não se encerraram lá: nós as herdamos. Justamente por isso sentimos hoje a necessidade de pensar a atuação da filosofia em nosso país, pois o modo como lidamos com nossa herança intelectual de séculos é que pode trazer a reflexão sobre como propor mudanças e até onde estas são necessárias.

### **3. A história a serviço da filosofia**

A vida “precisa do serviço da história”, uma sentença dada por Nietzsche que está sendo posta a prova em nossa modernidade (2017, p. 47). De fato, seu excesso “prejudica o vivente”. Contudo, o filósofo dirá que “em três aspectos a história pertence ao vivente: ela lhe pertence enquanto indivíduo atuante e determinado, enquanto conservador e reverente, e enquanto sofredor e carente de libertação” (Ibid., idem).

São os três aspectos da história que Nietzsche apresentará, sendo eles a história monumental, a antiquária e a crítica. Se soubermos nos servir da justa medida da história, podemos com ela, com nosso passado que carrega nossa herança intelectual do Velho Mundo e, conseqüentemente, com o ensino metodológico francês passado na Faculdade de Filosofia na década de 30 em diante, refletir a possibilidade de criação, em direção ao futuro. Para a história estar a serviço da vida, novas perspectivas devem ser erigidas ao olharmos para trás, ao consultarmos nosso passado. Reflexões e formas de

lidar com o presente precisam ser repensadas e edificadas. É essa atitude, essa ação diante da história que poderá propiciar ferramentas para modificar e transfigurar nossas ideias.

Da história monumental, extraímos “aquilo que é grandioso” (NIETZSCHE, 2017, p. 50); ela nos possibilita pensar que, se as ideias e doutrinas grandiosas um dia existiram, significa que outras ideias grandiosas podem ressurgir. Aqui o passado mostra-se útil para o nosso presente justamente por causa da *possibilidade*: ao olhar para o passado, o “homem de ação utiliza a história como remédio contra a resignação”:

Na maioria das vezes, não espera vantagem alguma; quando muito, aspira a fama, isto é, aspira um posto de honra no templo da história, onde mais uma vez ele [o homem] poderá ser, para os tardios, mestre, consolador e voz da advertência (NIETZSCHE, 2017, p. 48).

Ao estudar filosofia nos deparamos com a “consideração monumental do passado” porque lidamos com o “clássico e o raro de épocas anteriores”. A filosofia trouxe para nós, por meio de sua história, a “correlação e continuidade do grandioso de todas as épocas” e, diante disso, não podemos “renunciá-la” ou “sepultá-la” (Ibid., 50). Tendo em vista a compreensão de que a história, em seu incessante vir a ser, possibilita “ocorrer uma segunda vez” ideias grandiosas, impactantes e marcantes para nossa época, que persistimos “encorajados em nosso rumo” (Ibid., idem) como pesquisadores, escritores e intelectuais. Objetivamos responder as questões ontológicas e epistemológicas que hoje circundam nossa atualidade, porque – não apenas uma vez! – isso foi possível no passado.

Contudo, isso tem um preço – e não é um equívoco dizer que é um preço que ainda estamos pagando atualmente, a saber: se, como aspirantes a filósofos, nos voltarmos somente para o profundo estímulo que o pensamento erudito da Europa nos proporcionou, ou seja, quando nos servimos da filosofia com os olhos voltados apenas para seus séculos passados em uma tentativa incessante de tomá-los como “algo digno de imitação, imitável e possível por uma segunda vez”, acabamos por poetizar e enfatizar em demasia as grandes obras daqueles grandes pensadores canônicos; “arriscamos em contrabandear algo, a edulcorar o passado” ((NIETZSCHE, 2017, p. 52). Essa é uma característica do uso excessivo da história, que acaba nos adoecendo e enfraquecendo para pensar em empregar a filosofia na nossa realidade brasileira.

Podemos e *devemos* nos utilizar dos clássicos de nossa história da filosofia, porém sem entronizá-los e tentar continuamente repetir seus feitos. Devemos pensar em como aplicar suas descobertas, teses e escritas não somente na formação de nosso presente, mas também indagando sobre futuro, como futuros mestres e intelectuais que almejamos ser.

Com relação a história antiquária, Nietzsche ressalta que o estudioso “quer preservar as condições sob as quais surgiu e outros deverão surgir depois dele – e assim ele serve a vida. Em tal espírito, a posse dos utensílios ancestrais modifica suas ideias: ele passa a ser por eles possuído” (NIETZSCHE, 2017, p. 57).

Ora, em uma leitura superficial, o modo de lidar com a história antiquária não parece ser deveras divergente daquele com relação a história monumental. Trata-se também daquele “olhar para o passado”, mas que o reverencia e por isso o objetivo é sua conservação. É quando “olhamos para trás”, para nosso passado e compreendemos que tudo o que hoje construímos foi por meio dele – o pensamento intelectual advindo do exterior, das eras que consolidaram a Europa e que chegaram até nós. Se colocada a serviço da vida e da ação, a história antiquária “preserva as condições daquilo que é antigo e permanente”, pois “a alma do homem antiquário se transmigra” para todo esse arsenal “envelhecido”, de outras épocas, e assim tudo o que antes pertencia ao passado e lá estava enterrado, agora adquire “honra”, aplicação, sentido, pois o estudioso aqui “reencontra sua força, seu prazer, seu denodo, seu julgamento” (Ibid., idem).

Quem estuda filosofia dentro do âmbito acadêmico não pode deixar de evitar a preservação do passado quando chega em suas mãos as obras clássicas e com elas, toda a história que as fundamentaram. Com isso, adquirimos e apreendemos o hábito da erudição, bem como desenvolvemos e propiciamos o crescimento de uma curiosidade insaciável perante toda a história da filosofia que hoje nos sustenta. Portanto, é esse tipo de história, a antiquária, que conecta o filósofo atual com seus autores clássico – podendo dizer aqui, seus antepassados, partindo do cuidado e do zelo em manter um estudo reflexivo e, citando Paulo Arantes, “mais profundo, a saber, uma concepção essencialmente crítica” (1994, p. 88). Através do estudo de sua história é que o filósofo terá o crivo e a necessária minúcia para lidar com as “novidades europeias”. Ora, na falta dessa perspectiva histórica como teremos condições de filtrar e pôr no cerne da crítica as novas teses, doutrinas e ideias que chegam a nós?

Por outro lado, contudo, o seu excesso também nos atrofia rumo a pensar o estudo e aplicação da filosofia no Brasil atualmente: se não visarmos a produção de novas ideias, interpretações dentro da filosofia, a conduta excessivamente antiquária tornará estreita e limitada a visão do filósofo com relação ao seu próprio presente. Ele “não será capaz de medir” e tomará sem discernimento tudo o que concerne ao passado como “igualmente importante”, sem ponderar criticamente seus valores e proporções (Cf. NIETZSCHE, 2017, p. 60). Com isso, o perigo consiste em “rejeitar e hostilizar tudo o que é novo e em transformação, que não se dirige ao antigo com veneração”, porque essa atitude, em seu extremo, considera e estima somente o antigo, o canônico que está sempre em seu ponto focal, como “digno de honra”. Assim, a história ao invés de estar a serviço da vida, “sepulta a sua continuação e justamente a vida superior”, pois nesse quadro não estamos mais conservando o que a nós propiciou crescimento, mas sim “mumificando” e anulando qualquer tipo de desenvolvimento intelectual.

Por fim, temos a história crítica e a forma como lidamos com ela. Como acadêmicos, devemos saber, nos tempos devidos, “utilizar a força de destruir e dissolver um evento passado”, isto é, devemos “interrogar minuciosamente o passado e enfim condená-lo” (NIETZSCHE, 2017, p. 62). A vida, para sua potencialização, “precisa, de vez em quando da destruição do esquecimento” (Ibid., pp. 62-63). Interrogar o passado, todo o arsenal que consolidou a nossa formação intelectual filosófica, significa aqui tentar impulsionar uma nova forma de pensar e de viver. Por outro lado, romper com nossa história de uma vez por todas também não nos propiciará repensar a filosofia no Brasil. É mostrando ao passado que ele pode ser tanto condenável como aproveitável que seremos capazes de criar ou mesmo repensar nossa realidade, afinal, “tudo o que surge merece extinguir-se” (Ibid., idem).

Se o passado pode ser condenado, criticamente revisado, então significa que somos totalmente capazes de apontar “seus desvios, paixões, erros e até mesmo crimes”, mas isso só é possível porque descendemos de todos esses erros, somos o “resultado de gerações anteriores” e, conseqüentemente, de todos os seus feitos. Isto é, não estamos libertos dele. Descendemos do pensamento intelectual europeu – e dele necessitamos, porque foi ele que nos consolidou e possibilitou novas formas de lidar com a filosofia em nosso país. Que sejamos críticos diante de nossa história, sim. Porém, que compreendamos que o excesso de tal criticismo não nos encaminhará para uma

libertação da filosofia estrangeira, muito menos para uma autenticidade no âmbito de erigir uma filosofia no Brasil.

#### 4. Conclusão

Posto isto, questionar como devemos proceder com o estudo acadêmico hoje, significa colocar nós mesmos contra a parede: necessitamos do nosso passado e pensar uma filosofia sem ele é inconcebível. Por outro lado, sem perceber nos habituamos, ao longo da história, a depender acriticamente dele e com isso não nos atentamos suficientemente para o que nossa realidade está exigindo de nós. Não há verdades prontas na filosofia, isto é, ao nos servirmos dela não encontraremos um objetivo que por ela está dado e que deve ser prontamente alcançado. Estaremos sempre seguindo nossa história como pensadores, no fluxo do devir da tão intrigante questão: o que é a filosofia? E como é a filosofia no Brasil hoje?

Por conseguinte, não é o intento de Nietzsche, ao estipular essas características de história, uma “postura correta diante do passado”, mas que sirvam para pensarmos em “tentativas que servem para esclarecer” a forma como lidamos com nossa história e como a filosofia nela está inserida; se é em prol da vida ou arrebatados pela doença que nos “distância do passado” e nos faz “reduzi-lo a objeto de conhecimento preciso e abstrato”. Que possamos colocar a frente de nosso impulso histórico o impulso construtivo. Que sejamos capazes de magistralmente guiar os rumos de nossas pesquisas com bases em estudos metodológicos oriundos dos clássicos, de modo que eles sejam nosso ponto de partida, mas que justamente devido a eles possamos pensar nas atuais questões e problemas que recaem em nossa sociedade. Afinal, como escreve Nietzsche, necessitamos da história para “aprender a viver”, mas “apenas a serviço da vida”.

#### Referências

ARANTES, Paulo Eduardo. Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori. ARANTES, Paulo Eduardo. **Sentido da formação**: três estudos sobre Antônio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 11-66.

\_\_\_\_\_. Certidão de nascimento. In: \_\_\_\_\_. **Um departamento francês de ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana (Uma experiência nos anos 60)**. São Paulo: Paz e Terra, 1994, p. 61-87.

CANDIDO, Antônio. A importância de não ser filósofo. **Discurso**. São Paulo, n. 37, 2007, 9-14.

MÜLLER-LAUTER, Wolfgang. O problema do antagonismo na filosofia da história de Nietzsche. In: \_\_\_\_\_. **Nietzsche: sua filosofia dos antagonismos e os antagonismos de sua filosofia**. São Paulo: Unifesp, 2009, pp. 75-86.

NIETZSCHE, Friedrich. W. **Da utilidade e a desvantagem da história para a vida**. São Paulo: Hedra, 2017.

\_\_\_\_\_. **Genealogia da moral: uma polêmica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PORCHAT, Oswaldo. O conflito das filosofias. In: \_\_\_\_\_. **Rumo ao ceticismo**. São Paulo: Unesp, 2006, pp. 13-23.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: \_\_\_\_\_. **As ideias fora do lugar**. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2014a, pp. 41-55

\_\_\_\_\_. Nacional por subtração. In: \_\_\_\_\_. **As ideias fora do lugar**. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2014b, pp. 70-88.

VATTIMO, Gianni. O niilismo e o problema da temporalidade. In: \_\_\_\_\_. **Diálogo com Nietzsche: ensaios 1961-2000**. São Paulo: Martins Fontes, 2010, pp. 12-26.